



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A FRAGILIZAÇÃO DO SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL DECORRENTE DA
INEXISTÊNCIA DE BASE DE DADOS DE ABRANGÊNCIA NACIONAL, A PARTIR
DAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI N. 14.382/22

Giulia Baranda Martins de Almeida Boccaletti

Rio de Janeiro
2023

GIULIA BARANDA MARTINS DE ALMEIDA BOCCALETTI

A FRAGILIZAÇÃO DO SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL DECORRENTE DA
INEXISTÊNCIA DE BASE DE DADOS DE ABRANGÊNCIA NACIONAL, A PARTIR
DAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI N. 14.382/22

Artigo científico apresentado como
exigência de conclusão de Curso de Pós-
Graduação *Lato Sensu* da Escola da
Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.
Professores Orientadores:
Mônica C. F. Areal
Nelson C. Tavares Junior
Ubirajara da Fonseca Neto
Rafael Mario Iorio Filho

Rio de Janeiro
2023

A FRAGILIZAÇÃO DO SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL DECORRENTE DA INEXISTÊNCIA DE BASE DE DADOS DE ABRANGÊNCIA NACIONAL, A PARTIR DAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI N. 14.382/22

Giulia Baranda Martins de Almeida Boccaletti

Graduada pelo Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro (Unilasalle/RJ). Advogada.

Resumo – a Lei n. 14.382/22 transformou profundamente a Lei n. 6.015/73 – Lei de Registros Públicos. Dentre as modificações, ampliou-se a possibilidade de alteração de prenome e sobrenome em Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais. Contudo, a inovação legislativa não estabeleceu balizas objetivas práticas para a realização do procedimento. Este artigo científico pretende analisar a fragilização do sistema de identificação civil decorrente da inexistência de base de dados de abrangência nacional, a partir das alterações promovidas pela Lei n. 14.382/22. Para isto, defende-se a ausência de critérios assertivos que observem a segurança jurídica necessária que deve nortear a identificação civil, criando brechas para a prática de atos fraudulentos e criminosos, além de inviabilizar a aplicação do conteúdo normativo.

Palavras-chave – Direito Civil. Registros Públicos. Identificação civil. Lei n. 14.382/22.

Sumário – Introdução. 1. A ampliação da possibilidade de alteração de prenome e sobrenome em serventias extrajudiciais. 2. A ausência de regulamentação procedimental e de implementação do sistema unificado nacional de registros públicos. 3. A fragilização do sistema de identificação civil decorrente da inexistência de base de dados de abrangência nacional e a consequente insegurança jurídica. Conclusão. Referências.

INTRODUÇÃO

O presente artigo científico tem como objetivo analisar a fragilização do sistema de identificação civil decorrente da inexistência de base de dados de abrangência nacional, a partir das alterações promovidas pela Lei n. 14.382/22. Pretende-se examinar as consequências jurídicas da inovação legislativa no que tange à mudança de prenome e sobrenome em serventias extrajudiciais.

Para explorar a temática proposta, abordam-se obras publicadas de legislação, doutrina e jurisprudência como forma de compreender se a inexistência de base de dados unificado, que contemple os institutos de identificação civil dos estados e os Tribunais de Justiça estaduais, pode acarretar insegurança jurídica, ante a inovação promovida pela Lei n. 14.382/22, que permite a alteração de prenome e sobrenome diretamente nas serventias extrajudiciais.

As mudanças sociais relativas ao processamento digital de informações ensejaram avanços profundos no sistema público, com a consequente desburocratização do acesso à justiça. Nessa toada, coube a Lei n. 14.382/22 promover diversas inovações, alterando de

sobremaneira a Lei n. 6.015/73 – Lei de Registros Públicos. Dentre elas, a criação de um sistema eletrônico de registros públicos – SERP, e a ampliação da possibilidade de alteração de prenome e sobrenome em Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais.

No entanto, verifica-se que a alteração legislativa não veio acompanhada de balizas objetivas para a sua implementação prática, de modo a garantir a necessária segurança jurídica norteadora da identificação civil, sendo certo a possibilidade de consequências negativas.

Dessa forma, surgem as seguintes reflexões: até que ponto se pode dizer que as alterações representam um avanço social frente ao sistema procedimental anterior? O procedimento atual é suficiente para estabelecer critérios objetivos que observem a necessária segurança jurídica que deve nortear a identificação civil? É possível sustentar que a inovação legislativa pode vir a ensejar a prática de atos fraudulentos e criminosos e provocar a fragilização do sistema de identificação civil?

Como forma de elucidar o tema, objetiva-se apresentar o procedimento de alteração de prenome e sobrenome em serventias extrajudiciais, para então discutir como consequência a possível fragilização do sistema de identificação civil.

O primeiro capítulo busca apresentar e comparar o procedimento anterior à Lei n. 14.382/22 e o atual para a alteração do nome civil, de modo a entender se ocorreu um avanço social.

No segundo capítulo, objetiva-se analisar o sistema de identificação civil e comprovar que a inovação legislativa carece de balizas objetivas práticas, em razão da ausência de regulamentação procedimental e de implementação do sistema unificado nacional de registros públicos.

O terceiro capítulo sustenta a possibilidade de fragilização do sistema de identificação civil ante à inexistência de base de dados unificado de abrangência nacional, que integre os institutos de identificação civil e o Poder Judiciário, com a consequente insegurança jurídica oriunda de atos fraudulentos e práticas criminosas.

O artigo é desenvolvido pelo método hipotético-dedutivo, uma vez que o pesquisador pretende eleger um conjunto de proposições hipotéticas, as quais acredita serem viáveis e adequadas para analisar o objeto da pesquisa, com o fito de comprová-las ou rejeitá-las argumentativamente.

O procedimento técnico escolhido para a presente pesquisa permite classificá-la como bibliográfica, com abordagem necessariamente qualitativa. Em relação aos objetivos estabelecidos, adota-se um estudo do tipo exploratório uma vez que a partir do desenvolvimento do tema, é possível alcançar resultados, tanto teóricos quanto práticos, ao criar

meios de se responder a problemática evidenciada.

1. A AMPLIAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PRENOME E SOBRENOME EM SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

O direito ao nome integra o rol de direitos da personalidade e tem como finalidade precípua a distinção, identificação e individualização do ser humano. Afirma-se, então, que é o primeiro direito exercido por uma pessoa natural, no momento do seu nascimento, capaz de habilitar o indivíduo para o exercício da cidadania.

Segundo Schreiber¹, o direito ao nome civil deve abarcar também a vontade do indivíduo e o reconhecimento de sua personalidade conforme o seu nome, não sendo possível que este esteja dissociado de sua representação pessoal e social.

O nome é composto, necessariamente, pelo prenome e sobrenome, como prevê o art. 16 do Código Civil². O prenome é o nome que antecede o sobrenome, comumente sendo em forma simples, sendo admitida a forma composta. Por outro turno, o sobrenome é o patronímico e/ou matronímico, isto é, o nome ancestral herdado dos antepassados, o sobrenome da família, que vem logo após o prenome, e serve para identificar as pessoas pertencentes ao mesmo tronco familiar.

Em razão da extrema importância do nome civil para o indivíduo e todos os direitos dele decorrentes, a legislação pátria prevê a sua imutabilidade, sobretudo, no tocante ao prenome, com algumas exceções previstas em lei. Como leciona Loureiro:

[...] o nome da pessoa natural é imutável. O princípio da imutabilidade do prenome tem por objetivo garantir a segurança jurídica e a estabilidade dos atos da vida civil. O prenome, como elemento constitutivo do nome, individualiza a pessoa no seio da sociedade e, se fosse possível a sua alteração ao talante da pessoa concernente, haveria grave risco de dano aos negócios e interesses de terceiros. Por isso mesmo, o art. 58 da Lei 6.015/1973 dispõe que o prenome é definitivo³.

Como forma de acompanhar os anseios sociais, privilegiando o postulado constitucional da dignidade humana, e desburocratizar o procedimento de alteração do nome civil, editou-se a Medida Provisória n. 1.085/21⁴, convertida posteriormente na Lei n.

¹TARTUCE, Flávio *et al.* *Código Civil Comentado*: doutrina e jurisprudência. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021, p. 21-22.

²BRASIL. *Código Civil*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 07 set. 2022.

³LOUREIRO, Luiz Guilherme. *Registros Públicos*: teoria e prática. 10. ed. rev., atual. e ampl. Salvador: Juspodivm, 2019, p. 353.

⁴BRASIL. *Medida Provisória n. 1.085*, de 27 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.085-de-27-de-dezembro-de-2021-370315879>>.

14.382/22⁵, responsável pela criação do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos – SERP, e outras inovações legislativas.

A Lei n. 14.382/22⁶ alterou de sobremaneira a Lei n. 6.015/73⁷ – Lei de Registros Públicos, e dentre as mudanças realizadas, criou a possibilidade de alteração de prenome pela via administrativa e ampliou as hipóteses de retificação de sobrenome diretamente nas serventias extrajudiciais do Registro Civil das Pessoas Naturais.

Anteriormente à mudança legislativa, admitia-se, em situações excepcionais, somente a alteração do sobrenome, ao passo que as demais retificações deveriam ser decididas pelo juízo competente. A redação antiga do art. 56 da Lei n. 6.015/73⁸ previa a possibilidade de alteração posterior do sobrenome, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, desde que não prejudicasse os apelidos da família. Precluso o prazo de um ano, somente seria possível a alteração por meio de ação judicial.

O procedimento anterior à Lei n. 14.382/22⁹ previsto para a alteração do nome pelo próprio interessado, determinava a remessa do processo extrajudicial ao juízo competente, com vistas ao membro do órgão ministerial, e somente se procedia à mudança após decisão favorável. Além da análise do pedido, era necessária a apresentação das certidões de nascimento do indivíduo e do ancestral, cujo sobrenome se pretendesse incluir.

A alteração do nome por mudança de sexo também já era realizada perante as serventias extrajudiciais, cujo procedimento é regulamentado pelo Provimento n. 73/18 do Conselho Nacional de Justiça¹⁰. Esta previsão é oriunda do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.275/DF¹¹, que passou a permitir a substituição de prenome e sexo, independentemente de intervenção cirúrgica, tratamento médico ou laudo psicológico, de pessoa transgênero pela via extrajudicial.

Importante destacar que o procedimento para alteração do nome de pessoas

Acesso em: 10 out. 2022.

⁵BRASIL. Lei n. 14.382, de 27 de junho de 2022. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14382.htm>. Acesso em: 07 set. 2022.

⁶*Ibid.*

⁷BRASIL. Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L6015compilada.htm>. Acesso em: 07 set. 2022.

⁸*Ibid.* Art. 56. O interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa.

⁹*Ibid.*

¹⁰BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Provimento n. 73, de 28 de junho de 2018. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/provimento/provimento_73_28062018_02072018160046.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.

¹¹BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI n. 4.275/DF. Relator: Ministro Marco Aurélio. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749297200>>. Acesso em: 09 out. 2022.

transgênero deve observar algumas normas como forma de garantir maior segurança jurídica. Nesta hipótese, o indivíduo maior de dezoito anos e capaz para praticar os atos da vida civil poderá comparecer ao Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais e requerer perante o registrador a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento, se for o caso. Para tanto, faz-se necessária a apresentação de alguns documentos, previstos no art. 4º, §6º, do Provimento n. 73/18, do Conselho Nacional de Justiça¹², dentre eles os de identificação pessoal e diversas certidões.

Com o advento da Lei n. 14.382/22¹³, criou-se a possibilidade de alteração de prenome, ampliou-se as hipóteses de alteração de sobrenome e dispôs sobre a possibilidade de retificação do nome do recém-nascido, pela via administrativa.

O art. 55, §4º, da Lei n. 6.015/73¹⁴, incluído pela Lei n. 14.382/22¹⁵, trouxe a hipótese de alteração de prenome e sobrenome do recém-nascido em até quinze dias após o registro de nascimento. Desta maneira, basta que um dos genitores apresente oposição fundamentada perante o registro civil onde fora lavrado o assento de nascimento, desde que haja anuência e concordância de ambos os genitores.

Para tanto, o requerimento deverá ser instruído com a certidão de nascimento do recém-nascido, o registro geral de identificação e o cadastro de pessoas físicas dos pais. Caso não haja consenso entre os genitores, o oficial registrador deverá encaminhar o procedimento de retificação administrativa do registro ao juízo competente para decidir acerca da alteração de nome. Anteriormente, esta retificação somente era cabível por meio de ação judicial.

De acordo com Tartuce¹⁶, a grande inovação legislativa foi a criação da possibilidade de alteração do prenome pelo próprio interessado de forma extrajudicial. Retirou-se o prazo decadencial de um ano após atingida a maioridade civil, que era aplicado à retificação de sobrenome, e não condicionou à nenhuma justificativa, tampouco ao parecer do Ministério Público ou intervenção judicial.

Desta maneira, o art. 56 da Lei n. 6.015/73¹⁷ dispõe sobre a hipótese da pessoa maior e capaz para os atos da vida civil, comparecer ao Registro Civil das Pessoas Naturais, a qualquer tempo, e requerer a alteração de seu prenome imotivadamente.

¹²BRASIL, *op. cit.*, nota 10.

¹³BRASIL, *op. cit.*, nota 5.

¹⁴BRASIL, *op. cit.*, nota 7.

¹⁵BRASIL, *op. cit.*, nota 5.

¹⁶TARTUCE, Flávio. *Lei 14.382/22: Alterações a respeito do nome e algumas repercussões para o direito de família*. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/coluna/familia-e-sucessoes/370474/alteracoes-a-respeito-do-nome-e-repercussoes-para-o-direito-de-familia>>. Acesso em: 10 out. 2022.

¹⁷BRASIL, *op. cit.*, nota 7.

Contudo, a retificação sem justificativa do prenome somente poderá ser realizada extrajudicialmente uma única vez e, caso o interessado queira desconstitui-la, deverá recorrer ao Poder Judiciário, como prevê o §1º, do art. 56, da Lei n. 6.015/73¹⁸.

A averbação de retificação de prenome deverá observar os requisitos impostos nos §§2º e 3º, do art. 56, da Lei n. 6.015/73¹⁹, dentre eles a previsão do prenome anterior e os documentos de identificação pessoal. Após o procedimento de alteração no assento de nascimento, o oficial registrador deverá comunicar a alteração aos órgãos de identificação civil.

No que tange à possibilidade de alteração de prenome pela própria pessoa, o legislador indicou a possibilidade de recusa fundamentada caso o oficial registrador suspeite de fraude, má-fé, falsidade ou quaisquer vícios de vontade do requerente²⁰. Contudo, não dispôs acerca de quando ocorrerá tal hipótese, relegando então ao arbítrio do registrador decidir acerca.

Cumprido ressaltar que o requerimento deverá ser realizado pelo interessado pessoalmente perante o oficial registrador, visto que se trata de ato *intuitu personae*²¹. Como forma de garantir segurança, a alteração deverá ser publicada por meio eletrônico, não se aplicando nenhuma regra de sigilo, razão pela qual a averbação deverá indicar expressamente o nome anteriormente adotado e todas as documentações de identificação pessoal.

Por fim, a Lei n. 14.382/22²² dispôs acerca da alteração de sobrenome, com hipóteses elencadas que antes somente se procedia mediante ação judicial. As novas possibilidades foram previstas nos incisos I, II e no § 8º, do art. 57, da Lei n. 6.015/73²³.

Atualmente, é possível a inclusão de sobrenomes familiares e a inclusão ou exclusão de sobrenome do cônjuge, ainda na constância do casamento, a qualquer tempo, perante a serventia extrajudicial, bastando para tanto, o comparecimento do interessado para assim o requerer, com a apresentação dos seus documentos de identificação pessoal, dispensada a publicação da averbação em meio eletrônico.

O art. 57, § 8º, da Lei n. 6.015/73²⁴ admitiu, ainda, a inclusão do sobrenome do padrasto ou madrasta ao nome do enteado ou enteada, desde que motivada e com expressa concordância, sem que haja prejuízo de seus sobrenomes de família.

Dessa forma, verifica-se que a inovação legislativa privilegiou os direitos da

¹⁸*Ibid.*

¹⁹*Ibid.*

²⁰*Ibid.* Art. 56 [...] § 4º Se suspeitar de fraude, falsidade, má-fé, vício de vontade ou simulação quanto à real intenção da pessoa requerente, o oficial de registro civil fundamentadamente recusará a retificação.

²¹Ato *intuitu personae* é aquele determinado personalíssimo, isto é, com relação intrínseca a pessoa que o faz, não se admitindo sua delegação.

²²BRASIL, *op. cit.*, nota 5.

²³BRASIL, *op. cit.*, nota 7.

²⁴*Ibid.*

personalidade, sobretudo, o direito ao nome, essencial e inerente ao indivíduo e sua expressão social. Todavia, não impôs regras procedimentais objetivas como forma de garantir a segurança jurídica necessária ao sistema de identificação civil. Ainda que seja uma norma autoaplicável, a ausência de regulamentação procedimental põe em xeque a sua aplicabilidade e eficácia, motivo pelo qual não se pode afirmar que houve um avanço social frente ao sistema procedimental anterior.

2. A AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO PROCEDIMENTAL E DE IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA UNIFICADO NACIONAL DE REGISTROS PÚBLICOS

O sistema de identificação civil brasileiro é fundamental para garantir o regular funcionamento das instituições públicas e privadas, para assegurar a identidade de cada cidadão, além de asseverar a integridade e a segurança dos dados pessoais. É composto por diversas bases de dados e sistemas gerenciados por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, que têm por objetivo coletar, armazenar e disponibilizar informações sobre a identificação de pessoas físicas e jurídicas.

A primeira etapa do sistema de identificação civil pátrio se inicia com o nascimento do indivíduo, o qual deve ser registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais. O registro de nascimento é obrigatório e deve ser realizado no cartório competente, qual seja o da circunscrição do local do nascimento ou do domicílio do recém-nascido. A partir deste registro, obtém-se a certidão de nascimento, documento responsável por atestar a existência legal da pessoa física.

Destaca-se a importância do registro de nascimento, uma vez que é o primeiro ato de exercício da cidadania do indivíduo, capaz de assegurar diversos direitos fundamentais que dele decorrem. O Provimento n. 63/17, do Conselho Nacional de Justiça²⁵, determinou a obrigatoriedade da emissão do número do cadastro de pessoa física – CPF, no ato do registro de nascimento, devendo, para tanto, incluí-lo desde logo na certidão de nascimento.

A principal base de dados de identificação civil atualmente é o cadastro de pessoas físicas – CPF, gerenciado pela Receita Federal do Brasil, que é utilizado para diversos fins, como a abertura de contas bancárias, a obtenção de serviços públicos e privados, a realização de operações financeiras, entre outros.

²⁵BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Provimento n. 63*, de 14 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2525>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

Em 2017 editou-se a Lei n. 13.444/17²⁶, responsável por dispor sobre a identificação civil nacional – ICN, cujo objetivo precípuo é “[...]identificar o brasileiro em suas relações com a sociedade e com os órgãos e entidades governamentais e privados”²⁷.

A referida legislação determinou, ainda, o uso de dados de forma integrada entre o sistema da Justiça Eleitoral e a base de dados do sistema nacional de informações de registro civil – SIRC, e da central nacional de informações do registro civil – CRC, alimentado pelos Cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais do Brasil. Contudo, não fora estabelecido de maneira clara como tal sistema seria implementado e regulamentado.

Nesse sentido, verifica-se que o sistema de identificação civil brasileiro ainda enfrenta desafios para aprimorar sua eficiência e segurança. Imprescindível ressaltar que a ausência de integração entre os diferentes órgãos e sistemas de registro de informações é um dos principais problemas atuais, visto que o procedimento e a execução são realizados por cada estado da federação, o que dificulta a identificação e a localização de dados.

Ademais, a falta de regulamentação e de padronização procedimental nas serventias extrajudiciais, responsáveis pelo registro civil de nascimento, casamento e óbito, também é extremamente prejudicial para a criação de um sistema nacional integrado de informações. Isto porque cada estado possui normas próprias e regras específicas para o registro civil, editadas pelas Corregedorias de cada Tribunal de Justiça estadual, incumbindo à Corregedoria Nacional do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, a edição de normas gerais acerca da matéria.

Como inovação, a Lei n. 14.382/22²⁸ determinou a implantação do sistema eletrônico dos registros públicos – SERP, permitindo, portanto, que os cartórios de registros públicos mantenham bases de dados interconectadas e integradas. Este sistema promete também “[...] o atendimento remoto aos usuários de todas as serventias dos registros públicos, por meio da internet [...]”²⁹.

A lei supracitada prevê, dentre outras medidas, a possibilidade de encaminhamento de atos e negócios jurídicos para registro ou averbação por meio de extratos eletrônicos padronizados, além da expedição de certidões e de informações em formato eletrônico.

Embora o art. 18 da Lei n. 14.382/22³⁰, tenha estabelecido como prazo final para a

²⁶BRASIL. Lei n. 13.444, de 11 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113444.htm>. Acesso em: 05 fev. 2023.

²⁷*Ibid.* Art. 1º É criada a Identificação Civil Nacional (ICN), com o objetivo de identificar o brasileiro em suas relações com a sociedade e com os órgãos e entidades governamentais e privados.

²⁸BRASIL, *op. cit.*, nota 5.

²⁹*Ibid.* Art. 3º [...] IV - o atendimento remoto aos usuários de todas as serventias dos registros públicos, por meio da internet.

³⁰*Ibid.*

implantação do referido sistema a data de 31 de janeiro de 2023, respeitadas as características regionais de cada registro público, até o presente momento não ocorreu. De acordo com Abelha, Chalhub e Vitale:

[...] não há liberdade irrestrita da Corregedoria Nacional de Justiça em disciplinar o cronograma de implantação do SERP e do serviço de registro público eletrônico dos fatos, atos e negócios jurídicos em todo o território brasileiro. É objetivamente indicada a data de 31 de janeiro de 2023 para finalização da implantação do SERP e dos serviços de registro público eletrônico em relação a todos os tipos³¹.

O legislador ao impor prazo limite para a implantação do sistema reconheceu a importância deste para a aplicação das normas contidas na lei, sob pena de acarretar insegurança jurídica ou até mesmo a ineficácia legislativa.

O art. 3º, §4º, da Lei 14.382/22³², delegou à Corregedoria Nacional de Justiça poderes para estabelecer os termos de funcionamento do sistema eletrônico dos registros públicos, bem como regulamentar a implantação nas serventias extrajudiciais.

Em fevereiro de 2023 editou-se o Provimento n. 139/23, do Conselho Nacional de Justiça³³, responsável por regulamentar o SERP, dentre outras atribuições. No entanto, este provimento não estabeleceu balizas objetivas acerca da implementação do sistema nas serventias extrajudiciais, dispondo de forma geral sobre a matéria.

Salienta-se a importância da inovação legislativa para desburocratizar ainda mais o acesso à justiça e materializar direitos fundamentais, como a alteração de nome nas serventias extrajudiciais. Entretanto, as informações pessoais são desconstruídas e acabam por se perder em um emaranhado de sistemas com diferentes bases de dados.

O ordenamento jurídico dispõe, portanto, de diversos meios de identificação civil, como o cadastro de pessoas físicas, o registro geral, o registro civil de nascimento, casamento e óbito, dentre outros, além de inúmeras legislações que tratam acerca da matéria. Porém, a realidade prática é o desencontro de tais informações e a consequente ineficácia de normas dispositivas que concretizem direitos fundamentais, como o direito ao nome.

Desta forma, em um país com dimensões continentais como o Brasil, a criação de um sistema nacional unificado de registros públicos é fundamental para garantir a eficiência e a segurança das informações. Contudo, sua implantação é um desafio ainda em curso, visto que a legislação e as normas infralegais acerca do tema carecem de clareza e regulamentação.

³¹ABELHA, André; CHALHUB, Melhim; VITALE, Olivar (org.). *Sistema Eletrônico de Registros Públicos: Lei 14.382, de 27 de junho de 2022 comentada e comparada*. Rio de Janeiro: Forense, 2023, p. 536.

³²BRASIL, *op. cit.*, nota 5.

³³BRASIL, Conselho Nacional de Justiça. *Provimento n. 139*, de 1 de fevereiro de 2023. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4921>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

Para que haja, de fato, uma evolução no sistema de identificação civil pátrio, faz-se necessária a regulamentação procedimental, sob pena de acarretar divergências e inconsistências nos registros, vindo a comprometer a segurança jurídica e o acesso à informação pelos próprios cidadãos.

Assim, verifica-se que a Lei n. 14.382/22³⁴ e todas as normas infralegais correlatas, carecem de balizas objetivas práticas, em razão da ausência de regulamentação procedimental e de implementação do sistema unificado nacional de registros públicos. Como resultado disto, o procedimento atual de alteração de nome nas serventias extrajudiciais não é suficiente para estabelecer critérios assertivos que observem a segurança jurídica necessária que deve nortear a identificação civil, criando brechas para a prática de atos fraudulentos e criminosos.

3. A FRAGILIZAÇÃO DO SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL DECORRENTE DA INEXISTÊNCIA DE BASE DE DADOS DE ABRANGÊNCIA NACIONAL E A CONSEQUENTE INSEGURANÇA JURÍDICA

A Lei n. 14.382/22³⁵ modernizou profundamente a legislação pátria sobre registro públicos e, dentre as inovações trazidas, ampliou significativamente as possibilidades de alteração do nome civil pela via administrativa.

As recentes mudanças legais tentam acompanhar os avanços sociais e tecnológicos do mundo contemporâneo que está em constante transmutação. Contudo, imperioso ressaltar a importância de cautela na aplicação prática e na necessidade de fomentar a discussão doutrinária. Estas alterações têm acarretado debates acerca de possíveis riscos à privacidade e à segurança dos dados dos cidadãos, bem como à possibilidade de ocorrência de fraudes e práticas criminosas.

Verifica-se, então, a enorme possibilidade de fragilização do sistema de identificação civil nacional. Uma das principais motivações para este enfraquecimento é a inexistência de uma base de dados integrada nacional, capaz de garantir a segurança e a confiabilidade das informações pessoais dos cidadãos.

Como bem descrito anteriormente, o sistema de identificação civil brasileiro é composto por diferentes bases de dados fragmentadas, mantidas por distintos órgãos públicos e privados. A desarmonia e a ausência de interseção entre os mais diversos sistemas dificulta a integração e a atualização das informações, além de criar oportunidades para a ocorrências de

³⁴BRASIL, *op. cit.*, nota 5.

³⁵*Ibid.*

erros materiais, duplicidades e atos fraudulentos.

Nesse sentido, destaca-se também a dificuldade de acesso das autoridades aos dados de identificação dos cidadãos, vindo a atrapalhar por exemplo na investigação de crimes, no fornecimento da tutela jurisdicional e na própria aplicação da justiça.

A inexistência de integração entre os mais diversos sistemas de identificação civil e a ausência de um sistema nacional capaz de interligar os dados pessoais de todos os cidadãos podem favorecer a criação de documentos com informações falseadas ou a utilização de documentos falsificados, o que pode prejudicar a segurança pública e jurídica, além da economia do país.

Como tentativa de regulamentar o procedimento para alteração do nome civil pela via administrativa, recomendou-se a aplicação analógica do Provimento n. 73/18³⁶ do Conselho Nacional de Justiça para a alteração do nome civil diretamente nas serventias extrajudiciais.

Deste modo, sugere-se a aplicação do art. 4º, §6º, do Provimento n. 73/18, do Conselho Nacional de Justiça³⁷, para os requerentes que desejam modificar o nome civil pela via administrativa.

O Provimento n. 73/18 do Conselho Nacional de Justiça³⁸, exige para a alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais, diversos documentos e certidões. Dentre eles, os documentos pessoais, como RG, CPF, passaporte brasileiro, título de eleitor, certidões de distribuidores criminais e cíveis e outros.

Entretanto, tais certidões exigidas são apenas federal e do estado do local de residência dos últimos cinco anos. Cumpre ressaltar, portanto, que não se faz necessária a apresentação de certidões de outros estados da federação.

A ausência de um sistema integrado nacional com uma base de dados interligada capaz de cruzar as informações de todos os estados com as informações a nível federal põe em xeque a segurança jurídica nacional.

É possível afirmar, por exemplo, que um cidadão com diversas execuções civis em curso em outros estados da federação, mas não no de sua residência, promova a alteração de seu nome civil diretamente nas serventias extrajudiciais, mesmo apresentando os documentos necessários, o que facilita, ainda mais as fraudes à execução.

Como bem explica Romano:

³⁶BRASIL, *op. cit.*, nota 10.

³⁷*Ibid.*

³⁸*Ibid.*

[...] com a Lei 14.382/22 fica aberto o caminho para fraudes, estelionatos, falsidades ideológicas em condutas que levarão o Judiciário a refletir sobre a efetividade dessa nova Lei. Afinal, a imaginação para o crime não tem limites. Os vazamentos de dados pessoais em redes sociais estão aí para mostrar o perigo em que vivemos³⁹.

A realização deste procedimento pela via administrativa sem, contudo, existir uma base de dados segura de abrangência nacional que o oficial registrador possa consultar de forma preventiva, antes da averbação da modificação, enseja enorme insegurança jurídica.

Em que pese o registrador possa suscitar dúvida ao Juízo competente ou negar-se à realização do procedimento quando suspeitar de fraude ou má-fé, destaca-se a carência dos recursos materiais necessários e de regulamentação procedimental nacional para que a inovação legislativa seja de fato efetiva.

A alteração do nome civil anteriormente à Lei n. 14.382/22⁴⁰ somente admitia-se em hipóteses excepcionálíssimas, sendo certo de que na grande maioria dos casos era necessário recorrer ao Judiciário.

O procedimento pela via judicial, apesar de mais demorado e burocrático, sem sombra de dúvidas assegurava maior segurança jurídica no processo de alteração do nome civil, uma vez que contava com a participação dos órgãos competentes, tais como o Ministério Público, além da realização de dilação probatória e do acesso à programas de dados pessoais mais atualizados de utilização exclusiva do magistrado.

É inegável a necessidade de desburocratizar o acesso à justiça e garantir direitos fundamentais à sociedade, como o direito ao nome, todavia é também essencial a aplicação de cautela e a observância da segurança jurídica necessária que o sistema de identificação civil impõe.

Antes mesmo de haver aplicação efetiva da Lei n. 14.382/22⁴¹ na realidade prática, seria imprescindível investir na criação de uma base de dados integrada nacional, capaz de armazenar e compartilhar informações pessoais dos cidadãos de forma segura e confiável. Para tanto, tal sistema integrado deve ser gerenciado por um órgão público responsável pela sua manutenção, atualização e integração dos sistemas estaduais, federais e municipais, incluindo àqueles do Poder Judiciário.

Ademais, forçoso destacar a importância de estabelecer protocolos de segurança rigorosos para o acesso aos dados e para a utilização dessas informações, de forma a prevenir a

³⁹ROMANO, Rogério Tadeu. *Uma importante mudança no registro de pessoas*. Disponível em: <<https://arpenbrasil.org.br/o-estado-de-s-paulo-artigo-uma-importante-mudanca-no-registro-de-pessoas-por-rogerio-tadeu-romano/>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

⁴⁰BRASIL, *op. cit.*, nota 5.

⁴¹*Ibid.*

ocorrência de fraudes e crimes.

Portanto, resta evidenciado a enorme possibilidade de fragilização do sistema de identificação civil brasileiro, ante à inexistência de base de dados unificado de abrangência nacional, que integre os institutos de identificação civil e o Poder Judiciário, com a consequente insegurança jurídica oriunda de atos fraudulentos e práticas criminosas. Pode-se afirmar que apenas com a criação de um sistema de informações integrado será possível aplicar a Lei n. 14.382/22⁴², no que tange à alteração do nome civil em serventias extrajudiciais, com a segurança e confiança que a identificação civil pressupõe.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, o artigo científico apresentado objetivou compreender e discutir a fragilização do sistema de identificação civil decorrente da inexistência de base de dados de abrangência nacional, a partir das alterações promovidas pela Lei n. 14.382/22. Para tanto, examinou-se as consequências jurídicas da inovação legislativa, a partir de obras publicadas de legislação, doutrina e jurisprudência, e ressaltou-se que a temática aqui proposta é controvertida e ainda carece de debate técnico.

O ordenamento jurídico pátrio deve acompanhar as transformações sociais do mundo contemporâneo, sob pena de inviabilizar a tutela jurisdicional. Constatou-se que a Lei n. 14.382/22, responsável por alterar profundamente a Lei n. 6.015/73 – Lei de Registros Públicos, busca alcançar os avanços digitais com a criação de um sistema eletrônico de registros públicos – SERP, além de efetivar direitos fundamentais, a exemplo da ampliação das possibilidades de alteração do nome civil em Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais.

Demonstrou-se que o procedimento anterior à Lei n. 14.382/22 para a alteração do nome civil conferia maior segurança jurídica. O prenome, anteriormente regido pelo princípio da imutabilidade, responsável por conferir estabilidade aos atos da vida civil, passou a admitir alterações pela via administrativa, sem qualquer justificativa.

Deste modo, não é possível precisar se a inovação legislativa, ao ampliar a possibilidade de alteração do nome civil diretamente nas serventias extrajudiciais, representa um avanço social, frente ao sistema procedimental anterior.

O tema em debate é de extrema importância, visto que há um conflito entre direitos e garantias. Por um lado, tem-se a necessidade de asseverar a segurança jurídica e a estabilidade

⁴²*Ibid.*

dos atos da vida civil e por outro, a relevância de desburocratizar o acesso à justiça e de materializar direitos fundamentais, como o direito ao nome civil.

A pesquisa permitiu confirmar que o procedimento atual de alteração de nome civil nas serventias extrajudiciais não possui balizas objetivas práticas, capazes de observar a necessária segurança jurídica que deve nortear a identificação civil. Com isso, foi necessário analisar o sistema de identificação civil brasileiro, onde se confirmou a ausência de implementação do sistema unificado nacional de registros públicos.

Verificou-se que atualmente inexistente uma base de dados unificada de abrangência nacional interligada com os demais órgãos de identificação civil estaduais e os Tribunais de Justiça dos estados da federação, havendo, portanto, fragmentação das informações pessoais dos cidadãos.

Embora a Lei n. 14.382/22 preveja a criação do sistema eletrônico de registros públicos – SERP, não foi estabelecido como ocorrerá o seu desenvolvimento e funcionamento, tampouco o intercâmbio de dados entre as três esferas de poder. Nesse sentido, o Poder Judiciário também enfrenta enormes dificuldades com a sua implementação, em razão da extensão territorial do país e das peculiaridades de cada região, motivo pelo qual já fora ultrapassado o limite temporal previsto na lei.

Por fim, no último capítulo foi possível confirmar que a inovação legislativa pode ensejar a prática de atos fraudulentos e criminosos, ante à inexistência de mecanismos eficazes de prevenção, como uma base de dados unificada de abrangência nacional, e a ausência de normas padronizadas capazes de regulamentar o procedimento para a alteração do nome civil pela via administrativa.

O desencontro dos dados pessoais em um emaranhado de sistemas distintos, além de fragilizar o sistema de identificação civil, põe em xeque a aplicabilidade e a eficácia da Lei n. 14.382/22. Isto posto, ainda que a inovação legislativa seja uma norma autoaplicável, a carência técnica e material da identificação civil nacional pode esvaziar o conteúdo assegurado pela lei.

Assim, para a inovação legislativa se tornar exequível do ponto de vista prático, materializando direitos fundamentais e desburocratizando o acesso à justiça, e também garantir a necessária segurança jurídica que a identificação civil impõe, faz-se imprescindível a criação e a implementação de um banco de dados de abrangência nacional com interseção nos órgãos de identificação civil estaduais e no Poder Judiciário, a ser consultado previamente à alteração do nome civil pelo registrador competente.

Destaca-se a complexidade da temática aqui abordada, que ainda carece de debate técnico, sendo certo de que o conteúdo apresentado não esgota a matéria, contudo, certamente

contribui para ampliar a discussão jurídica acerca do assunto ao elaborar uma reflexão extremamente atual e necessária.

REFERÊNCIAS

ARPEN BRASIL. *Cartilha de Considerações acerca da Lei n. 14.382/2022*. Disponível em: <[https://infographya.com/files/Cartilha_Arpen_BR_\(1\).pdf](https://infographya.com/files/Cartilha_Arpen_BR_(1).pdf)> Acesso em: 05 set. 2022.

ABELHA, André; CHALHUB, Melhim; VITALE, Olivar (org.). *Sistema Eletrônico de Registros Públicos: Lei 14.382, de 27 de junho de 2022 comentada e comparada*. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

BRANDELLI, Leonardo. *Nome civil da pessoa natural*. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. *Código Civil*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 07 set. 2022.

_____. Conselho Nacional de Justiça. *Provimento n. 63*, de 14 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2525>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

_____. Conselho Nacional de Justiça. *Provimento n. 73*, de 28 de junho de 2018. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files//provimento/provimento_73_28062018_02072018160046.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.

_____. Conselho Nacional de Justiça. *Provimento n. 139*, de 1 de fevereiro de 2023. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4921>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 07 set. 2022.

_____. *Lei n. 6.015*, de 31 de dezembro de 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L6015compilada.htm>. Acesso em: 07 set. 2022.

_____. *Lei n. 13.444*, de 11 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113444.htm>. Acesso em: 05 fev. 2023.

_____. *Lei n. 14.382*, de 27 de junho de 2022. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14382.htm>. Acesso em: 07 set. 2022.

_____. *Medida Provisória n. 1.085*, de 27 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.085-de-27-de-dezembro-de-2021-370315879>>. Acesso em 10 out. 2022.

_____. Supremo Tribunal Federal. *ADI n. 4.275/DF*. Relator: Ministro Marco Aurélio. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749297200>>. Acesso

em: 09 out. 2022.

EL DEBS, Martha; SARDINHA, Cristiano de Lima Vaz. *Cartórios e Acesso à Justiça: a contribuição das serventias extrajudiciais para a sociedade contemporânea como alternativa ao Poder Judiciário*. 3. ed. rev., atual. e ampl. Salvador: Juspodivm, 2021.

KÜMPEL, Vitor Frederico. *Breves comentários à Lei nº 14.382/2022: conversão da medida provisória nº 1.085/2021*. São Paulo: YK, 2022.

LOUREIRO, Luiz Guilherme. *Registros Públicos: teoria e prática*. 10. ed. rev., atual. e ampl. Salvador: Juspodivm, 2019.

ROMANO, Rogério Tadeu. *Uma importante mudança no registro de pessoas*. Disponível em: <<https://arpenbrasil.org.br/o-estado-de-s-paulo-artigo-uma-importante-mudanca-no-registro-de-pessoas-por-rogerio-tadeu-romano/>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

TARTUCE, Flávio. *Lei 14.382/22: Alterações a respeito do nome e algumas repercussões para o direito de família*. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/coluna/familia-e-sucessoes/370474/alteracoes-a-respeito-do-nome-e-repercussoes-para-o-direito-de-familia>>. Acesso em: 10 out. 2022.

_____. *et al. Código Civil Comentado: doutrina e jurisprudência*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

_____; OLIVEIRA, Carlos E. Elias de. *Lei do sistema eletrônico de registros públicos: registro civil, cartórios eletrônicos, incorporação, loteamento e outras questões*. Rio de Janeiro: Forense, 2023.